



**Despacho:** 003/2019 - SERCO

**Processo:** 3010/2016

**Assuntos:** - Análise de descumprimento do Contrato nº 17/2016

- Aplicação penalidade - multa
- Rescisão unilateral do contrato
- Impedimento de licitar e contratar
- Execução garantia

**Interessada:** Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio LTDA.

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Versam os autos, nesta oportunidade, da análise de não conveniência da manutenção de vínculo contratual em razão de descumprimento obrigacional, referente ao **Contrato nº 17/2016** (peça 40 - e.doc FB2F9733) firmado entre este Tribunal e a empresa **MAXTERA TECNOLOGIA, SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA**, cujo objeto é o fornecimento de solução integrada de TI para análise de dados e inteligência analítica, incluindo o fornecimento de licenças de software e serviços de implantação, suporte técnico e atualização de versão, serviços técnicos especializados na infraestrutura e no uso da solução, assim como serviços de treinamento em administração e uso da solução, em razão de descredenciamento da CONTRATADA, pelo SAS Institute Brasil, consoante inicialmente relatado pelo Memorando nº. 23/2018 do Núcleo de Informações Estratégicas – NIE, de 3/12/2018 (peça 113 – e-doc D3D12A70).<sup>1</sup>

### **DO RELATO DOS FATOS**

2. O contrato acima mencionado incluía o fornecimento de módulos do software SAS e os correspondentes serviços de suporte e de atualização de versão, conforme se depreende da informação 08/2018 do Núcleo de informações Estratégicas – NIE, de 27/12/2018, peça 120 – e-doc 9042BE6A.

3. Também, conforme relato do NIE, em 19/11/2018, este Tribunal foi comunicado formalmente pelo SAS Institute Brasil sobre a rescisão de seu contrato com a empresa Maxtera

---

<sup>1</sup> Segundo o NIE, a parte em vigor do Contrato nº. 17/2016 – TCDF, se refere aos serviços de suporte técnico e atualização da solução.



desde 15/10/2018, e que a mesma não era mais autorizada a comercializar e sublicenciar os produtos SAS, peça 110 - e-doc 6EDB7889-c.<sup>2</sup>

4. Ao ser questionada sobre o ocorrido e oportunizando a apresentação de defesa, sob pena de aplicação de penalidades c/c rescisão contratual (Ofício 151/2018-SERCO – peça 115 - e-doc 358368B5), a Maxtera se pronunciou nos seguintes termos em suma:

“Conforme já esclarecido em resposta anterior a este TCDF, com relação a SAS Institute, há em curso uma negociação entre a Maxtera e o SAS relacionado ao credenciamento junto ao SAS, a contratada recebeu uma correspondência de futuro descredenciamento, fato que ainda está sob análise e negociação entre ambas as empresas, o que não implica o não cumprimento de contratos já em execução. Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio LTDA esclarece, que sob lastro e entendimento jurídico das cláusulas dos contratos firmados com SAS Institute, ainda encontra-se vigente, na data de hoje, a parceria entre ambos, conforme previsto e abaixo anexado, senão vejamos:

[...]

13.2 Quaisquer das partes poderá rescindir imotivadamente este Contrato ou quaisquer de seus anexos ao mesmo mediante aviso prévio por escrito de 90 (noventa) dias. Qualquer das partes poderá rescindir este Contrato motivadamente, caso a violação ao mesmo não seja sanada pela parte infratora dentro de 30 (trinta) dias do aviso por escrito pela outra parte. Seja qual for o motivo, a rescisão deste contrato ensejará na rescisão automática de todos os seus anexos que por ventura estiverem em vigor. Caso este contrato seja rescindido por conveniência do SAS ou devido à violação pelo SAS, o Parceiro deverá ter o direito a um reembolso rateado das taxas anuais do programa pagas pelo Parceiro para a Vigência anual então em curso. De qualquer maneira, o único recurso do Parceiro para a violação deste Contrato por parte do SAS deverá ser a rescisão do mesmo.”

5. Por outro lado, a empresa SAS, ao ser questionada sobre a situação, assim se manifestou:

“Em resposta ao ofício no 152/2018 – SERCO de 07 de dezembro de 2018, SAS INSTITUTE BRASIL LTDA. ("SAS") vem pela presente prestar os seguintes esclarecimentos. Conforme correspondência enviada em 24 de outubro de 2018, quando da notificação de rescisão do contrato de revenda mantido entre o SAS e a Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio Ltda. ("Maxtera"), informamos que a rescisão dos contratos decorria, inclusive, mas não apenas, em razão da Maxtera haver requerido sua recuperação judicial. Sendo assim, a desistência da ação de recuperação judicial não altera tal situação e a Maxtera permanece não autorizada a sublicenciar nossos produtos, estando impossibilitada, portanto, de fornecer novas licenças e/ou as atualizações das licenças outorgadas ao TC/DF e, conseqüentemente, de manter o fornecimento do objeto e a execução do contrato, pois este pressupõem a manutenção da relação

<sup>2</sup> O Memorando nº. 23/2018 do NIE (peça 113), esclarece também que desde a comunicação feita pelo SAS Institute Brasil, os pagamentos devidos à Contratada foram suspensos.



contratual originalmente existente entre o SAS e a Maxtera, pela qual esta foi autorizada a comercializar e sublicenciar os produtos SAS. Adicionalmente, informamos que os serviços de suporte técnico padrão e atualização de licenças das licenças de Software SAS outorgadas em favor do TC/DF não estão ativados junto ao SAS, não sendo possível, portanto, a abertura de chamados de suporte."

6. Desse modo, ao analisar a defesa da empresa Maxtera, bem como as alegações da empresa SAS, o NIE concluiu que:

"De todo o exposto, **entendemos que as alegações de defesa apresentadas pela empresa Maxtera não foram suficientes para demonstrar sua capacidade de continuar entregando o objeto dos contratos n. 17/2016 e 18/2017, sendo possível afirmar que, no momento, a empresa se mantém em condição de inadimplemento parcial dos contratos mencionados,** sem qualquer perspectiva de regularização da situação. 22. Diante disso, devolvemos os autos ao Serviço de Contratos para, com base nessa análise, proceder as medidas de sua alçada." Grifo nosso.

7. É o breve relatório, passa-se à análise.

### **DA ANÁLISE**

8. Da análise dos fatos relatados pelos executores do contrato em tela, pode se depreender que a Contratada Maxtera, não possui mais as condições de habilitação, exigidas na licitação, porquanto não detém mais a autorização para fornecer novas licenças e atualizações dos produtos SAS outorgadas ao TCDF, restando impedida de executar o objeto remanescente do mencionado contrato, referente aos serviços de suporte técnico e atualização de versões da solução de TI contratada, conforme exposto pelos executores do contrato.

9. A Contratada demonstra incapacidade de cumprir fielmente com as cláusulas contratuais, configurando, assim, ação culposa. Para endossar a presente afirmativa, toma-se o registro de Hely Lopes de Meirelles<sup>3</sup>, abaixo transcrito:

"Inexecução culposa – a inexecução culposa ou inadimplência culposa é a que resulta de ação ou omissão da parte, decorrente de negligência, imprudência, imprevidência ou imperícia no atendimento das cláusulas contratuais. O conceito de culpa no Direito Administrativo é o mesmo do Direito Civil, consistindo na violação de um dever preexistente: dever de diligência para com o cumprimento de prestação prometida no contrato.

Essa inexecução ou inadimplência tanto pode referir-se aos prazos contratuais (mora), como ao modo de realização do objeto do ajuste, como à sua própria consecução, ensejando, em qualquer



caso, a aplicação das sanções legais e contratuais proporcionalmente à gravidade da falta cometida pelo inadimplente. Essas sanções variam desde as multas até a rescisão do contrato, com a cobrança de perdas e danos, e, finalmente, a suspensão provisória e a declaração de inidoneidade para contratar com a Administração”.

10. Assim, opina-se pela necessidade de aplicação das sanções abaixo detalhadas.

### **DA MULTA**

11. Restou demonstrado que a Contratada deve sofrer a sanção de multa, pela inexecução parcial do objeto contratado, consequência de seu descredenciamento pela empresa SAS em 15/10/18, sanção prevista no item 5, constante da Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 17/2016 (peça 40 – e-doc FB2F9733), fato que encontra amparo no art. 87, II, da Lei n.º 8.666/1993.

12. Em que pese a multa prevista no instrumento contratual ser de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, tal ato não seria razoável, tendo em vista que a Contratada prestou os serviços descritos na Cláusula Segunda do Contrato nº. 17/2016 referentes aos itens 1 e 3, e não foi demandada para execução dos itens 6, 7, 8 e 9 (itens sob demanda), inadimplindo somente o item 4 (peça 40 – e-doc FB2F9733).

13. Considerando que os itens 1, 3, 6, 7, 8 e 9 não devem compor a base de cálculo da sanção, é indubitável a necessidade de aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor remanescente do item 4 da tabela, constante da Cláusula Segunda do presente Contrato.

14. Para apuração da multa por inexecução parcial do objeto, é importante ressaltar que o valor total de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais), previsto para o Serviço de Suporte Técnico e direito de atualização de versão da Solução do Item 1 por 24 (vinte e quatro) meses, era pago em parcelas mensais de R\$ 15.625,00 (quinze mil, seiscentos e vinte e cinco reais), conforme disposto na Cláusula Décima Quarta do Contrato nº. 17/2016. Em consulta ao processo de pagamento do Ajuste, Processo nº. 16.513/2016, constatam-se os pagamentos listados abaixo, referentes ao período atualmente em vigor dado pelo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato (peça 99 – e-doc 46E8C4A9)<sup>4</sup>, com saldo remanescente devido pelo TCDF de R\$ 7.291,67 (sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), correspondente ao período efetivamente executado dos serviços no mês de outubro (01/10/2018 à 14/10/2018).

<sup>3</sup> Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. São Paulo : Malheiros, 2016, pág. 266 e 267.

<sup>4</sup> De 01/08/2018 à 31/07/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio  
SERCO - Serviço de Contratos

SERCO  
Proc. 3010/16  
Luciana

Apuração dos valores pagos e devidos, e memória de cálculo da multa por inexecução parcial						Processo Pagamento nº 16.513/2016	
Período	De	a	Valor Previsto	Valor Pago / Devido	Nota Fiscal nº	Peça - edoc	Ordem Bancária
1	01/08/2018	31/08/2018	R\$ 15.625,00	R\$ 15.625,00	1435	443 - 34A5792	Peça nº 456
2	01/09/2018	30/09/2018	R\$ 15.625,00	R\$ 15.625,00	1466	461 - 73213C2B	Peça nº 470
3	01/10/2018	14/10/2018	R\$ 7.291,67	R\$ 7.291,67			
4	15/10/2018	31/10/2018	R\$ 8.333,33				
5	01/11/2018	30/11/2018	R\$ 15.625,00				
6	01/12/2018	31/12/2018	R\$ 15.625,00				
7	01/01/2019	31/01/2019	R\$ 15.625,00				
8	01/02/2019	28/02/2019	R\$ 15.625,00				
9	01/03/2019	31/03/2019	R\$ 15.625,00				
10	01/04/2019	30/04/2019	R\$ 15.625,00				
11	01/05/2019	31/05/2019	R\$ 15.625,00				
12	01/06/2019	30/06/2019	R\$ 15.625,00				
13	01/07/2019	31/07/2019	R\$ 15.625,00				
14	01/08/2019	31/08/2019	R\$ 15.625,00				
15	01/09/2019	30/09/2019	R\$ 15.625,00				
16	01/10/2019	31/10/2019	R\$ 15.625,00				
17	01/11/2019	30/11/2019	R\$ 15.625,00				
18	01/12/2019	31/12/2019	R\$ 15.625,00				
19	01/01/2020	31/01/2020	R\$ 15.625,00				
20	01/02/2020	29/02/2020	R\$ 15.625,00				
21	01/03/2020	31/03/2020	R\$ 15.625,00				
22	01/04/2020	30/04/2020	R\$ 15.625,00				
23	01/05/2020	31/05/2020	R\$ 15.625,00				
24	01/06/2020	30/06/2020	R\$ 15.625,00				
25	01/07/2020	31/07/2020	R\$ 15.625,00				
Valor Previsto para o período			R\$ 375.000,00				
Total já pago pelo TCDF				R\$ 31.250,00			
Valor Remanescente devido pelo TCDF					R\$ 7.291,67		
Valor inadimplido pela CONTRATADA até o término do período em vigor					R\$ 336.458,33		
Valor do multa por inexecução parcial do objeto				20,00%	R\$ 67.291,67		
Saldo da multa a ser executado					R\$ 60.000,00		

15. Conforme tabela acima, o valor da multa por inexecução parcial do Contrato em tela é de R\$67.291,67 (sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um mil e sessenta e sete centavos), devendo ser descontado desse valor o saldo ainda devido à Contratada por este Tribunal de R\$7.291,67 (sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), restando um saldo de multa a ser executada da garantia prestada no montante de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

16. Impende ressaltar, que o valor acima atribuído como multa foi calculado com base no que a Contratada deixou de executar, ou seja, "Serviço de suporte técnico e direito de atualização de versão da solução do Item 1 por 24 meses", em atenção aos princípios que regem o Direito Administrativo, tais como razoabilidade e proporcionalidade, utilizando-se da ponderação



constitucional, legislativa, administrativa e judicial, conforme se extrai da obra de Gustavo Binenbojm<sup>5</sup>, senão vejamos:

“A ponderação pode ser compreendida como um método destinado a estabelecer relações de prevalência relativa entre elementos que se entrelaçam, a partir de critérios formais e materiais postos ou pressupostos pelo sistema jurídico. Ponderam-se, assim, bens, princípios, finalidades ou interesses, conforme os elementos que se encontrem em jogo numa dada situação. A ponderação encontra-se presente no discurso jurídico desde a matriz constitucional, espalha-se pela etapa de concretização legislativa, chegando ao seu grau de maior concretude decisória nas atividades administrativa e judicial.”

17. Nesse contexto, para que o particular não seja penalizado em excesso, os princípios foram implementados no presente caso quando da utilização da metodologia de cálculo do valor da multa, conforme acima descrito.

18. Tais preceitos são instrumentos a serem aplicados, conforme o caso concreto, porquanto seus valores buscam a racionalidade e justiça<sup>6</sup>, o que é necessário se lançar mão neste momento, para que o ato administrativo de penalizar com multa, não se transforme em enriquecimento sem causa por parte da Administração, tendo em vista que a empresa encontra-se impedida de prestar os serviços constantes do item 4, a partir de 15/10/18, sendo que até essa data, vinha cumprindo regularmente suas obrigações contratuais.

19. Reforçando o entendimento exposto, cabe trazer à baila nas palavras de Marçal Justen Filho<sup>7</sup>, senão vejamos:

“[...] São inconstitucionais os preceitos normativos que imponham sanções excessivamente graves, tal como é dever do aplicador dimensionar a extensão e a intensidade da sanção aos pressupostos de antijuridicidade apurados. O tema traz a lume o princípio da proporcionalidade.

Aliás, a incidência do princípio da proporcionalidade no âmbito do processo administrativo federal foi objeto de explícita consagração por parte do art. 2º, parágrafo único, inc. VI, da Lei 9784/1999, que exigiu ‘adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público’.”

<sup>5</sup> Binenbojm, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014, pág 111/112.

<sup>6</sup> Barroso, Luis Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo : os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, pág. 294 : “Sem embargo da origem e do desenvolvimento diversos, um ou outro abrigam os mesmos valores subjacentes: racionalidade, justiça, medida adequada, senso comum, rejeição aos atos arbitrários ou caprichosos. Por essa razão, razoabilidade e proporcionalidade são conceitos próximos o suficiente para serem intercambiáveis, não havendo maior proveito metodológico ou prático na distinção.(...)”

<sup>7</sup> Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, pág. 1142.



20. Com os olhos postos nas orientações dos ilustres doutrinadores aqui mencionados, na legislação vigente, bem como imbuídos da autonomia para dosar a penalização<sup>8</sup>, forçoso concluir que o mais razoável e proporcional neste caso é a aplicação da multa nos moldes acima descritos, o que se torna mais compatível com as características do caso em tela.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

21. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 77, prevê a rescisão contratual pela inexecução parcial ou total do contrato. Já o art. 78 elenca os motivos que levam a Administração a decidir pela rescisão contratual. Dentre estes motivos, enquadra-se o não cumprimento de cláusulas contratuais, bem como a paralisação da prestação do serviço, que no presente caso é o suporte e atualização das licenças do SAS, a saber:

#### Lei nº 8.666/93

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

[...]

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

22. Ademais, a norma autoriza a rescisão com base em sinais de que o particular não cumprirá as obrigações assumidas, conforme ensina Marçal Justen Filho<sup>9</sup>, senão vejamos:

“A lei vai a ponto de autorizar a rescisão ainda quando não se tenha esgotado o termo final para cumprimento da prestação imposta ao particular. Pode derivar, inclusive, de outros eventos, não relacionados diretamente à execução do contrato. Diante do atraso ou de indícios fortes e firmes de que ele não terá condições de cumprir o contrato, a rescisão torna-se cabível.”

23. A Cláusula Décima Quinta do ajuste em questão, bem como o art. 79, inciso I da Lei nº. 8666/93, autorizam a rescisão unilateral do Contrato, nos casos enumerados no art. 78 da mesma Lei, conforme abaixo:

---

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, pág. 1084.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio  
SERCO - Serviço de Contratos

SERCO  
Proc. 3010/16  
Luciana

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

#### Lei nº 8.666/93

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

24. Resta, portanto, a este Serviço de Contratos, à luz da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, **propor a Rescisão Unilateral do Contrato nº 17/2016**, conforme disposto no item 12 da Cláusula Décima Quinta do referido Contrato.

#### DO IMPEDIMENTO DE LICITAR

25. Outrossim, diante dos fatos narrados acima, não pode este Tribunal se furtar da responsabilidade de penalizar a Contratada, correndo o risco de se portar de forma omissa e leniente. Desse modo, este Serviço de Contratos sugere que seja aplicada também a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal, prevista na Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 17/2016 c/c art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens “4” a “10” abaixo, com as seguintes penalidades:

[...]

3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

#### Lei nº. 10.520/2002

**Art. 7º** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o





retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

26. Neste contexto, a aplicação da penalidade relativa ao impedimento de licitar e contratar confere à Administração a prerrogativa da decisão quanto ao prazo a ser estabelecido. Desse modo, opina-se para que o impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal seja pelo período de 5 (cinco) anos.

### **DA RETENÇÃO DE CRÉDITOS E EXECUÇÃO DE GARANTIA**

27. Não obstante, cabe também aplicar o subitem 1.1 da Cláusula Décima Segunda do contrato em tela, onde fica estabelecida a possibilidade de se fazer a retenção dos créditos pertencentes à Contratada, bem como executar a garantia apresentada, pela diferença devida conforme citado no §15 desta Instrução, com o escopo de cobrir a multa e eventuais prejuízos causados com o inadimplemento aqui tratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO**

1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

28. A propósito, retoma-se as palavras de Hely Lopes de Meirelles<sup>10</sup>:

“(…) a rescisão, além de visar a continuidade do serviço público, constitui uma sanção, obrigando o contratado à reparação do dano e autorizando a Administração a utilizar as garantias e a reter os créditos do inadimplente para pagar-se dos prejuízos decorrentes da inexecução, bem como a lhe aplicar outras sanções administrativas, inclusive a suspensão provisória e até mesmo a declaração de inidoneidade para novas contratações, tal seja o grau de sua culpa”.



### **DA CONCLUSÃO**

29. Finalmente, em razão do aqui relatado, cabe informar que o Núcleo de Informações Estratégicas – NIE, já se encontra em fase de estudos, com vistas à contratação de nova empresa para prestação dos serviços de suporte do SAS.

30. Ante o exposto, considerando o que se apresenta nos autos e a manifestação do executor do ajuste, submete-se o assunto à apreciação de Vossa Senhoria sugerindo que seja:

- I) **aplicada**, à empresa **MAXTERA TECNOLOGIA, SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA.**, a **penalidade de multa** no valor de **R\$67.291,67** (sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos), pela inexecução parcial do objeto do Contrato, de acordo a Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 17/2016, c/c art. 87, II, da Lei n.º 8.666/1993, observado o desconto do valor remanescente devido pelo TCDF à Contratada, referente ao período de 1/10/2018 à 14/10/2018 de R\$7.291,67 (sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos);
- II) **rescindido unilateralmente** o Contrato nº 17/2016, celebrado com a empresa **MAXTERA TECNOLOGIA, SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA.**, com efeitos financeiros a contar do dia **15.10.2018**, conforme disposto no item 12, da Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 17/2016 c/c o art. 77, 78, incisos I e V, e 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993;
- III) aplicada a sanção de **impedimento de contratar e licitar com o Distrito Federal**, com suspensão temporária de **5 (cinco) anos**, conforme item 3 e 3.4, da Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 17/2016 c/c art. 7º da Lei nº 10.520/2002; e
- IV) **executada** a Apólice de Seguro Garantia nº 02-0775-02-0145322, (peça 42 – e-doc 2698F516) cujo tomador é a empresa **MAXTERA TECNOLOGIA, SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA.** para quitação do valor remanescente da multa aplicada, por inexecução parcial do objeto, podendo, alternativamente a multa poderá ser recolhida em favor do Tesouro do DF, através de DAR específico, a ser emitido oportunamente.

---

<sup>10</sup> Meirelles, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. São Paulo : Malheiros, 2016, pág. 278.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio  
SERCO - Serviço de Contratos

SERCO  
Proc. 3010/16  
Luciana

31. Apresenta-se, portanto, a Minuta do Despacho da SEGEDAM, contendo as recomendações acima (peça 121 – e.doc 11C2347F ), para análise. Posteriormente, os autos deverão ser restituídos a SELIP para as providências relativas à execução da garantia.

À superior consideração de Vossa Senhoria.

Brasília (DF), 24 de janeiro de 2019.

**ASSINADO DIGITALMENTE**

**LUCIANA MOREIRA MOURA**

Serviço de Contratos  
Chefe

De Acordo.  
À Secretaria Geral de Administração.  
Brasília, de janeiro de 2019.

**ASSINADO DIGITALMENTE**

**LEONARDO JOSÉ ALVES LEAL NERI**

Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio  
Secretário